

## **JORNALISMO CIENTÍFICO QUALIFICADO: UMA DAS GRANDES OPORTUNIDADES DA TV PÚBLICA BRASILEIRA**

Clenio Araujo\*

### **RESUMO**

Este artigo trata das possibilidades que a TV pública em discussão no Brasil oferece ao jornalismo científico nacional. Abordagens diferenciadas, sobretudo utilizando linguagem simplificada sem deixar de ser cientificamente correta, são uma das apostas da TV pública. Os temas científicos devem se aproximar do cotidiano da população brasileira; e a imprensa tem papel fundamental quando se fala de popularização do conhecimento científico. Não faz muito sentido o conhecimento acumulado nas instituições que se dedicam à ciência ficar dentro delas. Ao contrário, o compartilhamento dos resultados desses trabalhos tem que ser constante, aproximando o mundo da ciência do dia-a-dia das pessoas. A TV pública tem muito a contribuir para que a ciência seja a cada dia popularizada e para que a sociedade brasileira perceba a importância dessa área em seu dia-a-dia.

Palavras-chave: jornalismo, ciência, TV pública

---

\* jornalista, estudante de pós-graduação (especialização) em Comunicação Pública pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e assessor de comunicação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária / [clenio@cnpms.embrapa.br](mailto:clenio@cnpms.embrapa.br)

## **1. Introdução**

Pretende-se aqui fazer uma breve revisão do que está sendo discutido a respeito da implantação da TV pública no Brasil e, em especial, da possibilidade de se praticar um jornalismo científico qualificado nesse tipo de veículo de comunicação. Inicialmente, as principais características e propostas da TV pública que o governo pretende implantar ainda em 2007 serão discutidas. Apesar de em alguns pontos a proposta oficial ainda ficar aquém do que desejam entidades representativas do setor de comunicação no país, é notória a evolução do debate incentivado pelo próprio governo acerca do tema. Prova maior foi a realização, em Brasília, no último mês de maio, do I Fórum Nacional de TVs Públicas. O evento reuniu representantes de entidades e instituições ligadas à área e que há anos discutem a necessidade da existência de uma TV pública independente, pluralista e democrática. O saldo do fórum foi bastante positivo e a publicação da Carta de Brasília, documento final, configura-se num dos principais avanços feitos até hoje na questão da TV pública no Brasil.

A proposta do governo, que vem sendo debatida e referendada em vários pontos por entidades representativas do setor de comunicação, necessita de alguns ajustes e de melhores definições em certos pontos. As questões do financiamento e da direção da TV muito preocupam diversos setores da sociedade e devem ser decididas da forma mais democrática e justa possível. O que não se pode deixar passar é a possibilidade, concreta, de implantação de um sistema público de TV que de fato cumpra o disposto na Constituição Federal de 1988. A Carta Magna prevê a existência de três tipos de emissoras de rádio e TV: comercial, estatal e pública. Portanto, a existência da TV pública brasileira não estará mais do que cumprindo o que manda nossa constituição. Quase 20 anos depois de promulgada, o documento de 1988 ainda não teve várias determinações implantadas. Algumas delas referem-se ao campo da comunicação, sobretudo à chamada comunicação de massa. E a implantação de um sistema público de TV e rádio faz parte dessas determinações que ainda não saíram do papel.

De outro lado, o jornalismo chamado científico praticado no país atualmente deixa bastante a desejar. Focalizando mais o jornalismo científico na TV, tema deste artigo, o que se nota é a existência de poucos espaços hoje nas grades de programação. Quando existem, programas como Globo Ciência são veiculados em horários que não permitem

uma audiência satisfatória nem do ponto de vista quantitativo, quanto mais do qualitativo. Quando se discute o jornalismo científico no Brasil, deve-se sempre levar em consideração que a ciência – independente da área – tradicionalmente é relegada ao segundo ou terceiro plano. Novamente, nem o que determina a legislação é cumprido no que se refere a investimentos financeiros. Os cientistas brasileiros, em sua grande maioria e sobretudo nas instituições públicas, convivem com a falta de recursos humanos, materiais e financeiros que muitas vezes comprometem o bom andamento de seus trabalhos. Mesmo assim, a enorme maioria não desiste de sua função de criar inovações e desenvolver tecnologias que permitam à população, em diversas áreas, ter uma vida com mais qualidade.

Portanto, se a própria ciência brasileira vive (ou sobrevive) em meio a condições inadequadas, o que dizer da comunicação – e em especial do jornalismo – que se pratica na área? Da mesma forma, esse jornalismo não tem, muitas vezes, as condições mínimas para se efetivar como prática social de considerável importância. O despreparo de jornalistas é visível numa área ainda vista como cheia de doutores inacessíveis e de fala complicada. Entra aqui, e não só no caso da TV, a eterna dificuldade de relacionamento e de entendimento entre o jornalista e o cientista. Muitas vezes ambos não se entendem, em suas respectivas características profissionais e até pessoais, e quem sai perdendo com isso é o jornalismo científico, que poderia prestar um serviço bem mais útil e importante à sociedade. Nesse sentido, as possibilidades que a TV pública parece oferecer, de acordo com a proposta vigente no momento, vêm para diminuir as deficiências do jornalismo científico praticado no país. Aliar os lados positivos da TV pública e do jornalismo científico apresenta-se como algo, além de factível, bastante desejado e provocador de um melhor entendimento da ciência por parte da população – o que é, em última análise, o principal objetivo quando se faz comunicação científica.

## **2. A TV pública brasileira e suas possibilidades**

O debate acerca da necessidade de uma TV verdadeiramente pública no país é feito há anos, sobretudo por entidades e instituições do setor. O FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação) é uma dessas entidades. Segundo a entidade,

a radiodifusão brasileira vive um momento de revisão dos conceitos e modelos que a constituíram nestes quase 60 anos de existência. Em uma ponta, testemunhamos a hipertrofia de um sistema privado-comercial, concentrado em cinco redes nacionais de televisão, pressionado por um modelo de financiamento exaurido em suas fontes de receita e ameaçado pelo advento da convergência tecnológica e por conglomerados internacionais. Em outra, um sistema estatal de rádios e TVs com dificuldades de manutenção, desvirtuado de suas finalidades educativas e culturais e submetido aos desmandos de governantes que utilizam sua estrutura como instrumento de propaganda política. Na ponta mais fraca do triângulo, temos um segmento incipiente, circunscrito a um sistema de distribuição não universalizado, carente de recursos humanos e materiais para atuar em complementaridade aos outros sistemas, conforme comando constitucional.<sup>1</sup>

O quadro citado refere-se a como coexistem hoje no país os sistemas privado, estatal e público de radiodifusão. Não há a complementaridade preconizada na Constituição Federal de 1988. Muito pelo contrário: o setor privado tem, praticamente, toda a radiodifusão em suas mãos. As TVs comerciais mantêm um domínio enorme em todas as regiões do Brasil; alcançam os mais distantes rincões, levando sua programação muitas vezes pouco qualificada e que não condiz com a realidade da maior parte de onde é veiculada. Predomina nesse sistema privado de radiodifusão certo desejo de que o Brasil, país de dimensões territoriais gigantescas que levaram a uma diversidade sócio-cultural também enorme, tenha uma espécie de padrão de comportamento uniforme. Nesse sentido, se entende a utilização do chamado padrão Globo de jornalismo em toda a rede da emissora. Soa estranho, pra não dizer falso, ver na telinha um apresentador do Norte do país utilizar o mesmo tipo de linguagem e até as mesmas palavras que seus colegas do Sudeste empregam no trabalho. Se as realidades e as vidas das duas regiões são tão díspares, por que não levar essa diversidade também à TV, enriquecendo sua contribuição à sociedade?

No Brasil, o sistema estatal de radiodifusão se confunde, em alguns momentos, com o público. A existência de emissoras mantidas por governos, mas que têm no nome palavras como educativa e pública, ajudam a complicar o quadro. Não existiria tal problema se o fato de uma emissora ser mantida por dinheiro do governo não levasse a

---

<sup>1</sup> FNDC: *Propostas preliminares para um modelo de radiodifusão pública aplicável aos sistemas estatal e público de comunicação no Brasil*. Brasília, janeiro de 2007

um claro direcionamento ideológico da programação. A TV chapa-branca ainda existe, reforçando o chamado coronelismo eletrônico que, desde a década de 1980, tem sido classificado como o

singular cenário recente brasileiro no qual deputados e senadores se tornaram proprietários de empresas concessionárias de rádio e televisão e, simultaneamente, participam das comissões legislativas que outorgam os serviços e regulam os meios de comunicação no país.<sup>2</sup>

Fica clara, portanto, a necessidade de se mudar essa realidade. Em pleno século XXI, de tantas e tamanhas inovações tecnológicas e comunicacionais, não é possível conviver com um sistema privado que reprime a diversidade sócio-cultural do país e com um sistema estatal na maioria das vezes utilizado como mero repetidor dos interesses do governo de plantão. A implantação de uma TV pública séria e realmente comprometida com a sociedade e suas múltiplas facetas é um passo importante rumo ao enfraquecimento desse quadro que, do contrário, não dá mostras de ter seu poder diminuído. Não se está aqui, obviamente, defendendo que a TV pública é a salvação do sistema de radiodifusão brasileiro. Isso seria, além de ingênuo, bastante simplista. Mas a execução do que está na legislação levará, inevitavelmente, a um número maior de alternativas para a sociedade se ver na telinha. Afinal, fazer com que o telespectador se reconheça enquanto cidadão e até enquanto pessoa é uma das funções mais nobres que a televisão tem.

Beth Carmona, diretora-presidente da TVE Rede Brasil e presidente do MídiaTiva (Centro Brasileiro de Mídia para Crianças e Adolescentes), defende que

hoje, a população e o Estado começam a se dar conta da necessidade de uma televisão voltada para a sociedade, com uma programação que valorize o público não somente como consumidor, mas fundamentalmente como cidadão. Um sistema público de comunicação é necessário para a democracia. Os parâmetros de qualidade dos conteúdos, a valorização da economia do audiovisual, a formação de profissionais de comunicação com espírito social, a experimentação, a diversidade de idéias e opiniões, são apenas alguns compromissos e missões do sistema público.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> SANTOS, dos Suzy: *E-sucupira: o coronelismo eletrônico como herança do coronelismo nas comunicações brasileiras*. In: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, dezembro de 2006

<sup>3</sup> CARMONA, Beth: *Papel e a contribuição social da TV pública*. In: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, [www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=18&id=182](http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=18&id=182)

Satisfazer essa necessidade é algo que deve ser perseguido. O fortalecimento da democracia passa, necessariamente, por um sistema eficiente de comunicação. As pessoas, não apenas como telespectadoras, mas sobretudo enquanto cidadãs, devem ter a alternativa de optar pelo tipo de programação que mais lhes convier. Poderão escolher entre assistir a programas atualmente em exibição e outros, que tragam outras propostas de conteúdo, linguagem e abordagem. A multiplicidade deve ser característica da democracia que, ao mesmo tempo, se fortalece quando possibilita essa multiplicidade. A TV é, sem dúvida, o veículo de comunicação – pelo alcance e pela popularidade atingidos – que mais deve trabalhar com essa diversidade. Pela proposta de TV pública apresentada, debatida e ora vigente, a multiplicidade de conteúdos, abordagens e linguagens será incentivada e praticada. Sobre essa necessidade de que a TV pública seja múltipla e diversa, Beth Carmona afirma, em outro artigo:

hoje não basta diferenciar a TV pública utilizando a premissa da programação de qualidade. Hoje não basta diferenciar a TV pública só pelo seu conteúdo nacional, pois outros já se apoderaram destas marcas. Hoje a rede pública que faz sentido se dará pela possibilidade de diversificar as opiniões, de abrir os conteúdos, de tratar de todos os temas e de abordar todas as localidades. Esta será sua marca e sua qualidade. Hoje, no Brasil, é preciso abrir as oportunidades, ouvir outras vozes e ver e propiciar outros modelos e formatos.<sup>4</sup>

Além de uma alternativa aos sistemas privado e estatal que atualmente vigoram na radiodifusão brasileira, a implantação da TV pública traria maiores chances de um efetivo acesso às produções independentes e regionais que têm proliferado país afora. Uma das decisões já tomadas prevê que, diariamente, haverá veiculação de 4h de programação local e de outras 4h de programação independente. Respeitada essa definição, serão incentivados esses tipos de produção, que na maioria das vezes retratam de forma muito mais fiel o dia-a-dia das comunidades. Quem, além da própria comunidade – seguindo mínimas orientações técnicas do ponto de vista da comunicação, obviamente – tem mais autoridade para falar de si do que ela mesma? Colocar as produções independentes e regionais na TV é, ao mesmo tempo, valorizá-las e confirmá-las como representativas da diversidade brasileira. Certamente esse tipo de programação suscitará, nos telespectadores, uma aproximação com o próprio veículo.

---

<sup>4</sup> CARMONA, Beth. *TV pública no Brasil*. In: *Midiativa*, [www.midiativa.org.br/index.php/midiativa/content/view/full/1499](http://www.midiativa.org.br/index.php/midiativa/content/view/full/1499)

Exemplos de comunicação comunitária em Minas Gerais confirmam o sucesso e a eficácia desse tipo de fazer comunicacional. A TV Muro de Sabará, cidade da região metropolitana da Belo Horizonte, representa um caso em que a comunidade se envolve e se movimenta para assistir-se diariamente.

O incentivo às produções independentes e regionais é defendido na Carta de Brasília, que é o documento final extraído do I Fórum Nacional de TVs Públicas ocorrido em Brasília em maio deste ano. Dele participaram representantes de emissoras de TV públicas, educativas, culturais, universitárias, legislativas e comunitárias, ativistas da sociedade civil organizada, militantes de movimentos sociais, profissionais ligados à cultura, produtores independentes, comunicadores, pesquisadores, acadêmicos e telespectadores interessados no tema. A Carta de Brasília traz afirmações, recomendações e proposições feitas pelos participantes do fórum. Entre as afirmações, a TV pública: “promove a formação crítica do indivíduo para o exercício da cidadania e da democracia”; “deve ser instrumento de universalização dos direitos à informação, à comunicação, à educação e à cultura, bem como dos outros direitos humanos e sociais”; “deve estar ao alcance de todos os cidadãos e cidadãs”; sua programação “não deve estar orientada estritamente por critérios mercadológicos, mas não deve abrir mão de buscar o interesse do maior número possível de telespectadores”. Entre outras recomendações, constam: “a nova rede pública organizada pelo governo federal deve ampliar e fortalecer, de maneira horizontal, as redes já existentes”; “a construção e a adoção de novos parâmetros de aferição de audiência e qualidade que contemplem os objetivos para os quais a TV pública foi criada”; “promover mecanismos que viabilizem a produção e a veiculação de comunicação pelos cidadãos e cidadãs brasileiros”. Já entre as proposições da Carta de Brasília constam: “a TV pública considera que a multiprogramação é o modelo estratégico para bem realizar a sua missão”; “a TV pública deve se destacar pelo estímulo à produção de conteúdos digitais interativos e inovadores”; “a TV pública deve estar presente em todas as formas de difusão de televisão, existentes ou por serem criadas”.

O momento pelo qual estamos passando de discussão das possibilidades de implementação de uma TV pública no Brasil pode ser considerado histórico e único. O interesse que parece haver do atual governo em discutir o assunto, sem grandes amarras

ideológicas, vem em parte de encontro à militância e à luta que várias entidades travam há anos. As proposições parecem convergir para a construção de uma TV de caráter realmente público e até certo ponto protegida contra interferências externas de governos e de grupos que têm interesses pouco sociais. Portanto, muito cuidado deve ser tomado para que interesses espúrios não prevaleçam. A TV pública tem que ter seu próprio sentido construído conjuntamente pelas entidades ligadas à área, pelo governo e por outros grupos que lutam pela melhoria da qualidade da TV. O colunista Kennedy Alencar, em um de seus artigos para a Folha on-line, escreveu que

a criação de uma TV pública nacional de verdade rende um bom debate, que, se travado em interesse da sociedade, resultará em algo positivo. Se o projeto for uma tentativa voluntarista de criar um instrumento político em "resposta à mídia burguesa", será um desastre.<sup>5</sup>

Nesse sentido de preocupação e de zelo, restam algumas definições importantes a serem feitas. Resistem dúvidas e indefinições sobretudo quanto à gestão e ao financiamento da TV pública em discussão. A indicação é de que o custo anual de manutenção seja de R\$ 350 milhões. Esse valor é bastante superior à previsão inicial do governo de gastar R\$ 250 milhões nos quatro primeiros anos da TV. Mas o valor atual parece mais dentro da realidade dos custos de manutenção de uma TV no Brasil: R\$ 350 milhões é quanto a TV Bandeirantes gasta por ano para se manter. Comparando com a TV Globo, a principal do país e uma das grandes do mundo, esse valor representa pouco mais de 6% do custo de manutenção da emissora da família Marinho. Ou seja, o valor previsto para a manutenção da TV pública no Brasil é cerca de 16 vezes menor que o valor gasto pela TV Globo para se manter no ar. Se a comparação se estendesse a outros países, os números seriam ainda mais favoráveis à proposta atual de TV pública. A BBC britânica, exemplo de TV pública para todo o mundo, tem uma arrecadação de U\$ 4 bilhões anuais pagos pela população. No Japão, a NHK arrecada mais ainda – U\$ 5 bilhões anuais – em cima de contribuições de U\$ 12 mensais de cada pessoa que tenha aparelho em casa. É certo que esse sistema de pagar para ter acesso à TV pública não seria bem sucedido no Brasil por questões históricas e culturais. Mas a comparação entre o que custam e o que arrecadam as duas emissoras acima e o que custaria a TV pública

---

<sup>5</sup> ALENCAR, Kennedy. *Lula diz que não desistirá de TV pública*. In: Folha de S. Paulo, 18 de março de 2007, [www1.folha.uol.com.br/folha/colunas/brasilonline/ult2307u146.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/colunas/brasilonline/ult2307u146.shtml)

brasileira procede.

Uma das principais preocupações e, ao mesmo tempo, um dos grandes problemas apontados pelos que são contrários à implementação da TV pública no Brasil é o financiamento: quem vai pagar – e a troco de quê – a conta dos R\$ 350 milhões anuais? O governo tem sinalizado que encontrará mecanismos que garantam que o valor anual de manutenção não sofra interferências, contingenciamentos ou discontinuidades em função de mudanças de governo ou de orientação. Nesse ponto, a Carta de Brasília reforça que “a TV pública deve ser independente e autônoma em relação a governos e ao mercado, devendo seu financiamento ter origem em fontes múltiplas, com a participação significativa de orçamentos públicos e de fundos não-contingenciáveis”<sup>6</sup>.

Essa incerteza quanto ao financiamento, que gera inúmeras dúvidas principalmente nos contrários à TV pública, pode ser dirimida através de uma gestão eficiente e transparente. Porém, a gestão é outra grande preocupação. O que está acertado é que a diretoria da rede pública de TV, que terá autonomia de ação, será indicada pelo governo e estará subordinada a um conselho formado por um número entre 15 e 20 pessoas consideradas personalidades independentes e representativas da diversidade dos telespectadores. O mandato dos conselheiros será de três anos. Caberá ao governo indicar três desses integrantes do conselho, sendo um representando a Secretaria de Comunicação Social, um do Ministério da Cultura e um do Ministério da Educação. De certa forma, essa configuração do conselho vem de encontro ao que afirma a Carta de Brasília: “as diretrizes de gestão, programação e a fiscalização dessa programação da TV pública devem ser atribuição de órgão colegiado deliberativo, representativo da sociedade, no qual o Estado ou o governo não devem ter maioria”<sup>7</sup>. Já o FNDC defende “um modelo político-administrativo onde um corpo técnico profissionalizado conduza o cotidiano destas emissoras, assegurando qualidade e diversidade de conteúdos, independência em relação a governos e prestando contas à sociedade de forma

---

<sup>6</sup> *Manifesto pela TV pública independente e democrática*. I Fórum Nacional de TVs Públicas. Brasília, maio de 2007

<sup>7</sup> *Manifesto pela TV pública independente e democrática*. I Fórum Nacional de TVs Públicas. Brasília, maio de 2007

periódica”<sup>8</sup>.

Em entrevista concedida à Folha de S. Paulo em março de 2007, o ministro de Comunicação Social Franklin Martins abordou da seguinte forma a questão da diretoria da TV pública:

evidentemente, a escolha inicial parte do governo. Mas o governo não precisa escolher os partidários do governo. Não existe ainda um formato definido. A discussão ainda não está madura. O que senti na conversa com o presidente é uma TV pública e não estatal. Plural e não partidária. Aberta para contribuição e presença das diferentes identidades regionais e não com uma programação de uma cara só. [Deve ter] programação variada, com jornalismo, com parte cultural voltada para cidadania.<sup>9</sup>

Sobre as possibilidades reais que a TV pública apresenta à sociedade brasileira, uma atenção maior à BBC britânica é pertinente. As dúvidas, sobretudo quanto ao financiamento e à gestão, devem ser respondidas concreta e objetivamente. Governo e grupos interessados na implantação da TV pública no país têm que encontrar a forma mais transparente e democrática possível de se conduzir esses dois processos. O jornalista e diretor de TV Nelson Hoineff tem a seguinte opinião sobre a atuação da TV pública britânica:

talvez a BBC não seja capaz de fornecer pistas sobre como lidar com o mau desempenho da televisão privada brasileira, mas seguramente é um bom indicador de como um sólido modelo de televisão pública é peça essencial para o funcionamento de uma sociedade democrática. Evidentemente, não é possível reproduzir esse modelo no Brasil, a começar pela própria gênese da televisão brasileira, que nasceu acompanhando o modelo privado americano e não se afastará dele até o esgotamento técnico da noção de emissoras e redes, o que só deverá acontecer daqui a dez anos ou um pouco mais.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> FNDC: *Propostas preliminares para um modelo de radiodifusão pública aplicável aos sistemas estatal e público de comunicação no Brasil*. Brasília, janeiro de 2007

<sup>9</sup> ALENCAR, Kennedy. *Futuro ministro de imprensa critica cultivo de mídia simpática*. In: Folha de S. Paulo, 24 de março de 2007, [www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90603.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90603.shtml)

<sup>10</sup> HOINEFF, Nelson: *O drama e as lições para a TV pública*. In: Observatório da Imprensa, 22 de julho de 2003, [observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/qtv220720031.htm](http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/qtv220720031.htm)

### **3. O jornalismo científico a serviço da sociedade**

Cada vez mais, o jornalismo científico tem ocupado seu espaço em todo o mundo. Publicações especializadas em ciência e suas relações com outras áreas (tecnologia, meio ambiente, agricultura, inovação etc.) têm proliferado, inclusive no Brasil. Pode-se afirmar, sem medo de cometer erro, que esse tipo de jornalismo tem se mostrado tão importante como outros, a exemplo do político, do esportivo, do policial, do econômico e do cultural. E, assim como acontece nesses, o jornalismo científico tem suas imperfeições, que às vezes levam a grandes erros, mas também tem seus bons momentos, quando se mostra útil à sociedade ao disseminar informação confiável de forma correta.

O jornalista e editor de ciência da Folha de S. Paulo Marcelo Leite descreve, no artigo “A contribuição do jornalismo científico ao desenvolvimento científico brasileiro”, três níveis de desafio que devem ser enfrentados, simultaneamente, pela divulgação científica. Ele os explica referindo-se aos avanços conseguidos pela genética no início deste século. Os desafios são:

1. A ignorância de base – É preciso um esforço considerável para esclarecer mesmo os conceitos mais basilares, principiando com células, cromossomos, mitose e meiose etc., pois eles são ignorados até mesmo entre intelectuais.
2. A ignorância sobre o que está acontecendo – A pesquisa genética está entre os campos mais produtivos da ciência, hoje, com publicação copiosa de trabalhos. É fundamental acompanhá-los e cobri-los, jornalisticamente, o que equivale a dizer: com critério, hierarquizando e noticiando com destaque somente o que de fato for importante.
3. A ignorância das implicações – Investigar e expor as conseqüências éticas, jurídicas, sociais e políticas das biotecnologias – do monopólio da produção de sementes à patente de seres vivos, da nova eugenia à discriminação genética no emprego e por seguradoras. É talvez a mais complexa de resolver, pois dela padecem inclusive jornalistas.<sup>11</sup>

Já o professor Wilson da Costa Bueno, que milita há décadas por um jornalismo científico de mais qualidade técnica e mais ético, vê um aumento quantitativo na cobertura que os meios de comunicação de massa têm feito da área científica em todo o mundo. Mas ele salienta que

uma análise mais acurada desta presença na mídia revela, no entanto, que nem sempre o tom das manchetes destaca o caráter emancipador da ciência e da tecnologia; pelo contrário, alimenta suspeitas contra empresas,

---

<sup>11</sup> LEITE, Marcelo: *A contribuição do jornalismo científico ao desenvolvimento científico brasileiro*. Portal do Jornalismo Científico, [www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo\\_cientifico/artigo10.php](http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo10.php)

universidades e mesmo cientistas, acusados de privilegiarem, na produção e na divulgação de suas pesquisas, interesses políticos, econômicos, comerciais ou pessoais.<sup>12</sup>

Dando seguimento a esse raciocínio, o professor afirma que

os meios de comunicação têm, de caso pensado ou por ingenuidade (incompetência, despreparo?), se tornado cúmplices de interesses políticos, econômicos e comerciais, atuando como autênticos porta-vozes de indústrias, governos, institutos de pesquisa ou governos mal intencionados. Em alguns casos, fica difícil distinguir, dentre o noticiário, também no de caráter científico, os limites entre a informação e o marketing, podendo ser identificados com alguma frequência, na mídia, releases de imprensa, emitidos por empresas e entidades, travestidos de notas e notícias confiáveis.<sup>13</sup>

Wilson lembra que, numa sociedade em que o ensino de ciências não tem recebido a merecida atenção dentro do sistema educacional, sendo relegado inclusive a segundo plano, cabe aos meios de comunicação um papel fundamental dentro do processo de alfabetização científica. “As inovações tecnológicas e as novas descobertas da ciência básica precisam ser trabalhadas pela mídia para que os cidadãos possam compartilhar delas”<sup>14</sup>, afirma no artigo “Os novos desafios do jornalismo científico”. Tal importância também é destacada pelo professor Cidoval Moraes de Sousa no artigo “Comunicação, ciência e sociedade”. Segundo ele

se há um consenso na comunidade científica hoje é quanto à necessidade de comunicação da ciência. A socióloga Hebe Vessuri destaca que a ciência que não é comunicada não existe. Na mesma linha, A. Lafuente inverte o paradigma cartesiano: existo porque sou pensado e não porque penso. Knorr-Cetina pontua com propriedade que a comunicação infiltra a investigação científica e é responsável pela sua projeção futura. Uma ciência privada, diz ela, é tão impensada quanto uma linguagem privada. Outros autores, em diferentes contextos, destacaram o papel da comunicação ora como instrumento de vulgarização do conhecimento científico, ora como ferramenta de educação para a ciência ou de alfabetização científica, e ora

---

<sup>12</sup> BUENO, Wilson da Costa: *Os novos desafios do jornalismo científico*. Portal do Jornalismo Científico, [www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo\\_cientifico/artigo9.php](http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo9.php)

<sup>13</sup> BUENO, Wilson da Costa: *Os novos desafios do jornalismo científico*. Portal do Jornalismo Científico, [www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo\\_cientifico/artigo9.php](http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo9.php)

<sup>14</sup> BUENO, Wilson da Costa: *Os novos desafios do jornalismo científico*. Portal do Jornalismo Científico, [www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo\\_cientifico/artigo9.php](http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo9.php)

ainda como uma ação estratégica de apropriação social do conhecimento. Em outras palavras, como ação de cidadania.<sup>15</sup>

Referindo-se à qualidade do que se pratica hoje no país, Wilson afirma que “o equívoco maior está na prática de um jornalismo científico que vive a reboque de fatos sensacionais, que não atende à sua função pedagógica e que não está comprometido com o processo de democratização do conhecimento”<sup>16</sup>. Na visão do professor, é necessário avançar mais: “libertar-se do jugo das fontes especializadas..., abrir a sua pauta, investigar, denunciar as mazelas das políticas públicas em C & T, agir com cidadania”<sup>17</sup>. Além de lutar por mais tempo (no caso do rádio e da TV) e espaço (nos impressos), é preciso que os jornalistas ocupem e utilizem adequadamente essas conquistas. É necessário ter a noção de que ciência e tecnologia hoje são mercadorias bastante valiosas e, para que a população consiga perceber isso, cabe ao jornalismo científico enxergar além da notícia, mostrando por vezes que nem todo conhecimento que se pretende científico de fato o é.

A jornalista Eliana Frantz de Macedo, no artigo “O espaço para a divulgação científica no Brasil”, descomplica esse tipo de jornalismo, ainda por vezes visto como de difícil entendimento e até inacessível. “Não é preciso ser cientista para entender de jornalismo científico e nem ser jornalista para entender de ciência: é necessário entender que o mundo mudou, que se vive em pleno século XXI, onde urge, sobretudo, a preocupação com o meio ambiente”<sup>18</sup>, resume. A simplificação da ciência, através da comunicação como um todo e do jornalismo em particular, é defendida por ela:

---

<sup>15</sup> SOUSA, Cidoval Moraes de: *Comunicação, ciência e sociedade*. Portal do Jornalismo Científico, [www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo\\_cientifico/artigo6.php](http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo6.php)

<sup>16</sup> BUENO, Wilson da Costa: *O que está faltando ao jornalismo científico brasileiro?*. Portal do Jornalismo Científico, [www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo\\_cientifico/artigo25.htm](http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo25.htm)

<sup>17</sup> BUENO, Wilson da Costa: *O que está faltando ao jornalismo científico brasileiro?*. Portal do Jornalismo Científico, [www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo\\_cientifico/artigo25.htm](http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo25.htm)

<sup>18</sup> MACEDO, Eliana Frantz de: *O espaço para a divulgação científica no Brasil*. Portal do Jornalismo Científico, [www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo\\_cientifico/artigo3.php](http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo3.php)

o que é importante, ao divulgar ciência, é fazer o ouvinte, o leitor e aquele que assiste aos programas de televisão ficarem atentos ao assunto abordado, estarem em sintonia com o que está sendo explicado, de forma que a informação que é repassada pelo jornalista científico se torne um fato comum, um hábito saudável, como é a leitura ou mesmo a escuta da notícia do futebol. O importante, portanto, é criar um canal de informação para que o povo seja capaz de entender de onde veio e para onde irá, com vistas a encarar a realidade e a fazer do planeta em que vive a sua verdadeira casa: cuidando dele, protegendo-o.<sup>19</sup>

No mesmo artigo, a jornalista diz que a divulgação científica precisa ser mais ousada no país. Em vez de ficar apenas nos assuntos acadêmicos e circunscrito aos cientistas e seus trabalhos e opiniões, esse jornalismo deve ir “de encontro ao povo, ao cidadão que mal sabe ler e escrever, mas que precisa entender o mundo em que vive”<sup>20</sup>. Ela lembra que “mais do que nunca, a ciência tem objetivos econômicos, políticos e culturais e o direito à informação, em particular à informação científica, insere-se nesse contexto como uma condição necessária para a consolidação de uma sociedade democrática”<sup>21</sup>.

#### **4. Unir as possibilidades da TV pública aos serviços que o jornalismo científico deve prestar: essa é a questão-chave**

As características da TV pública atualmente em discussão no Brasil podem permitir uma melhora tanto quantitativa como qualitativa da cobertura científica no país. A abordagem de assuntos diferenciados e que normalmente não têm recebido a devida cobertura jornalística é uma dessas características. Assuntos como cultura local, problemas da comunidade e novas formas de produção cultural (como a videoarte) devem ser constantes na programação da TV pública. Da mesma forma, temas por vezes considerados difíceis e até áridos em alguns casos, como os ligados à ciência, têm uma

---

<sup>19</sup> MACEDO, Eliana Frantz de: *O espaço para a divulgação científica no Brasil*. Portal do Jornalismo Científico, [www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo\\_cientifico/artigo3.php](http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo3.php)

<sup>20</sup> MACEDO, Eliana Frantz de: *O espaço para a divulgação científica no Brasil*. Portal do Jornalismo Científico, [www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo\\_cientifico/artigo3.php](http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo3.php)

<sup>21</sup> MACEDO, Eliana Frantz de: *O espaço para a divulgação científica no Brasil*. Portal do Jornalismo Científico, [www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo\\_cientifico/artigo3.php](http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo3.php)

excelente oportunidade de passarem a ser tratados de forma atraente, descomplicada e mesmo didática. Essa possibilidade é trazida pela TV pública por seu compromisso com abordagens sem um padrão pré-definido como o padrão Globo de jornalismo, que hoje impera em praticamente todas as emissoras de televisão do país, mesmo as não-comerciais. Certa liberdade de propor novas formas de se praticar o jornalismo, sem grandes formalidades e aproximando-se da realidade da população, é um dos grandes trunfos da proposta da TV pública. Trunfo que se encaixa perfeitamente na tentativa – em que os jornalistas científicos muitas vezes pecam – de lidar com os temas científicos de uma forma mais entendível pela população. Por forma entendível deve-se imaginar uma linguagem acessível, que considera um cuidado até na escolha das palavras, um formato visualmente atraente e uma abordagem sem excessos sensacionalistas e o mais objetiva possível.

Não é só pelo fato de existir a TV pública que o jornalismo científico praticado hoje no país dará um salto qualitativo. Deve haver melhor formação por parte da imprensa, que normalmente se pauta por acontecimentos do dia-a-dia, pelo factual e pelo inusitado. A ciência não pode ser tratada dessa forma. Os fatos científicos, na maior parte das vezes, são resultado de anos – por vezes, décadas – de pesquisa e não geram acontecimentos espetaculares ou sensacionais, como gosta a imprensa. Há de se levar em consideração, sempre, que a ciência é uma constante evolução de resultados de pesquisas. Um trabalho parte de onde outro terminou e leva o assunto até um segundo ponto, que será retomado em outra pesquisa, responsável por avançar um pouco mais no conhecimento da área. E assim é a ciência, uma interminável sucessão de pesquisas que geralmente avançam no conhecimento, mas por vezes voltam um pouco ao questionar o estabelecido, provando que o até então aceito como verdade científica estava errado. E aí retoma-se o caminho da evolução científica. Obviamente não se está aqui defendendo a existência de uma ciência pura, perfeita e dona da razão. Como todo e qualquer produto da ação humana, a ciência também é recheada de imperfeições e erros. Considerá-los não é demérito. Pelo contrário, é essencial para o sucesso e a popularização dos resultados científicos.

No que se refere à popularização da ciência e de seus resultados, a contribuição que a TV pública pode dar é muito grande. A exibição de programas que relacionem os resultados das pesquisas com o cotidiano da população, sobretudo o das crianças, é algo em que se deve investir. Mostrar que não existe nenhum bicho de sete cabeças nem grandes e complicadas fórmulas matemáticas na ciência é função da imprensa especializada na cobertura dessa área. Quanto mais simples, sem deixar de lado a rigidez do método científico, for a linguagem, mais popularizada ficará a ciência. Simplificar a linguagem científica não é desmerecê-la nem rebaixá-la, como receiam alguns cientistas. É torná-la mais próxima da realidade das pessoas e fazer com que a ciência tenha reconhecido, na sociedade, seu caráter de inovação e de trabalho em favor de uma vida com mais qualidade. A popularização da ciência deve ser perseguida de todas as formas pelo jornalismo especializado. Testar opções e alternativas para que esse trabalho seja executado é função, também, da TV pública.

Quando se fala de linguagem jornalística na ciência, sempre se retoma uma velha discussão. De um lado, os cientistas consideram que os jornalistas, além de não entenderem suas pesquisas, quando falam delas o fazem de forma muito simplista e cheia de erros grosseiros do ponto de vista científico. De outro lado, os jornalistas consideram que os cientistas, na maior parte das vezes, se vêem como donos da razão e são inacessíveis, não descendo de seu pedestal de doutores sabe-tudo. Essa dicotomia deveria estar ultrapassada, mas ainda não está em muitos casos. Mas há sucesso em algumas situações, quando ficou mostrado que o cientista precisa do jornalista e vice-versa. Os trabalhos dos dois se complementam e chega-se a uma divulgação tecnicamente correta e comunicacionalmente eficiente. Quando se deixam de lado vaidades e superficialidades – que existem dos dois lados, é bom lembrar –, quem ganha é o público, que passa a ter acesso a uma divulgação de qualidade. A TV pública tem muito a oferecer nesse sentido, permitindo que sejam nela exercitadas alternativas inovadoras de divulgação científica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Kennedy. *Futuro ministro de imprensa critica cultivo de mídia simpática*. In: Folha de S. Paulo, 24 de março de 2007, [www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90603.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90603.shtml)
- ALENCAR, Kennedy. *Lula diz que não desistirá de TV pública*. In: Folha de S. Paulo, 18 de março de 2007, [www1.folha.uol.com.br/folha/colunas/brasilonline/ult2307u146.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/colunas/brasilonline/ult2307u146.shtml)
- BUENO, Wilson da Costa: *O que está faltando ao jornalismo científico brasileiro?*. Portal do Jornalismo Científico, [www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo\\_cientifico/artigo25.htm](http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo25.htm)
- BUENO, Wilson da Costa: *Os novos desafios do jornalismo científico*. Portal do Jornalismo Científico, [www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo\\_cientifico/artigo9.php](http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo9.php)
- CARMONA, Beth: *Papel e a contribuição social da TV pública*. In: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, [www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=18&id=182](http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=18&id=182)
- CARMONA, Beth. *TV pública no Brasil*. In: MídiaTiva, [www.midiativa.org.br/index.php/midiativa/content/view/full/1499](http://www.midiativa.org.br/index.php/midiativa/content/view/full/1499)
- FNDC: *Propostas preliminares para um modelo de radiodifusão pública aplicável aos sistemas estatal e público de comunicação no Brasil*. Brasília, janeiro de 2007
- HOINEFF, Nelson: *O drama e as lições para a TV pública*. In: Observatório da Imprensa, 22 de julho de 2003, [observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/qtv220720031.htm](http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/qtv220720031.htm)
- LEITE, Marcelo: *A contribuição do jornalismo científico ao desenvolvimento científico brasileiro*. Portal do Jornalismo Científico, [www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo\\_cientifico/artigo10.php](http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo10.php)
- MACEDO, Eliana Frantz de: *O espaço para a divulgação científica no Brasil*. Portal do Jornalismo Científico, [www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo\\_cientifico/artigo3.php](http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo3.php)
- Manifesto pela TV pública independente e democrática*. I Fórum Nacional de TVs Públicas. Brasília, maio de 2007
- SANTOS, dos Suzy: *E-sucupira: o coronelismo eletrônico como herança do coronelismo nas comunicações brasileiras*. In: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, dezembro de 2006
- SOUSA, Cidoval Morais de: *Comunicação, ciência e sociedade*. Portal do Jornalismo Científico, [www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo\\_cientifico/artigo6.php](http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo6.php)